

# Conceitos fundamentais weberianos: possibilidades teórico-metodológicas aplicáveis em estudos sociais

## Weberian fundamental concepts: theoretical- methodological possibilities applicable in social studies

Marcos Roberto Pires Gregolin\*  
Marcelo Roger Meneghatti\*\*

**Resumo:** A ação social dos indivíduos pode levar a compreensão das relações sociais que constituem a sociedade, sempre na perspectiva do coletivo, pois sem ele as relações não seriam possíveis para análise ou prática. O objetivo deste artigo é apresentar a perspectiva Weberiana para racionalidade e alguns conceitos a ela vinculados, os quais acreditamos serem promissores no que diz respeito à estruturação e operacionalização de estudos no âmbito das Ciências Sociais. Para isso, foram levantados diversos estudos e pesquisas que colaboram com essa reflexão, ou seja, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória reflexiva e bibliográfica a partir de textos e reflexões já disponíveis sobre o pensamento da perspectiva Weberiana. Como resultados, identificamos que os principais conceitos que colaboram com essa reflexão são “tipos ideais”, “ação” e “ação social” e “tipos ideais de ação social”, e “categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica”. É possível concluir que a racionalidade teve um papel central nas obras de Max Weber e que este constructo teórico, alinhado aos demais conceitos que junto a ele se aglutinam, constitui um ótimo prisma para a realização de estudos sociais, sejam eles operacionalizados tendo por casos empíricos organizações formais, informais, grupos ou indivíduos isoladamente. Também acreditamos que o conceito de “tipos ideais” possa ser um grande aliado metodológico para a realização desses estudos.

**Palavras-chave:** Weber; Sociologia; Estudos Sociais; Racionalidades; Tipos Ideais.

---

\*Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Centro Oeste - Unioeste . Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Pato Branco. E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

\*\*Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho-Uninove-SP. Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Centro Oeste – Unioeste. Bacharel em Administração pela Universidade Paranaense - Unespar. Professor da Unioeste e da Unespar. E-mail: frmeneghatti@hotmail.com.



*This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY*

**Abstract:** The social action of individuals can lead to an understanding of the social relationships that constitute society, always from the perspective of the collective, as without it, these relationships would not be possible for analysis or practice. The objective of this article is to present the Weberian perspective on rationality and some concepts linked to it, which we believe are promising with regard to structuring and operationalizing studies within the scope of Social Sciences. For this purpose, various studies and research were reviewed to support this reflection; that is, this research is exploratory, reflexive, and bibliographical in nature, based on texts and reflections already available on Weberian thought. As results, we identified that the main concepts contributing to this reflection are “ideal types,” “action,” “social action,” “ideal types of social action,” and “fundamental sociological categories of economic management.” It is possible to conclude that rationality played a central role in Max Weber’s works and that this theoretical construct, aligned with the other concepts that accompany it, constitutes an excellent prism for conducting social studies, whether they are operationalized using empirical cases of formal and informal organizations, groups, or isolated individuals. We also believe that the concept of “ideal types” can be a great methodological ally for carrying out these studies.

**Keywords:** Weber; Sociology; Social studies; Rationalities; Ideal Types.

Recebido em: 12/01/2023. Aceito em: 22/04/2024.

## INTRODUÇÃO

Tem-se de maneira consensual que Max Weber é um dos expoentes do pensamento moderno, bem como a ele é atribuída parte considerável da paternidade da sociologia. Para muitos, a obra “Economia e Sociedade” é o seu maior legado, contudo figura entre os textos mais lidos do autor a obra “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (KALBERG, 2010). Esta e outras controvérsias são apresentadas por Pierucci (2008) em sua reflexão sobre a trajetória editorial de Economia e Sociedade, a qual se consagrou “vencedora” em uma “pesquisa de opinião feita em 1998 pela ISA, solicitando a seus membros que apontassem qual a obra de Sociologia mais importante e influente do século XX” (PIERUCCI, 2008, p. 41).

Este pensador alemão, Maximilian Karl Emil Weber, nasceu na cidade de Erfurt em 21 de abril de 1864, e morreu em Munique, aos 14 de junho de 1920. Foi jurista e economista e é considerado como um dos fundadores da sociologia e seus estudos modernos. Nas Ciências Sociais Aplicadas é sempre lembrado e estudado, pois seu pensamento contribui para a formação conceitual e prática desta área.

Para iniciar nossa abordagem, elencamos alguns temas ou conceitos abordados por Weber: Ação social, dominação, legitimidade, carisma, tradição, burocracia, rotinização, poder, representação, estamentos, estratificação social, relação comunitária, socialização são expressões que o autor utilizara para instrumentalizar os seus trabalhos de pesquisa.

Cabe referenciar aqui a diversidade do entendimento sobre a centralidade do pensamento de Max Weber. Tem-se que para sua primeira biógrafa, Marianne Weber, a racionalidade é fio condutor de todo o pensamento Weberiano, já para Parsons este fio é constituído pelos escritos teórico-metodológicos (SELL, 2012), ou pela construção de Conceitos de status e a distribuição de papéis na estrutura social (CORDOVA, 2009).

De acordo com Cohn (2016), o foco da pesquisa do autor recai sobre a questão da construção de um estado soberano e forte, contudo, os esforços dele foram direcionados não à instituição em si, mas às pessoas, aos grupos sociais que poderiam empreender essa tarefa. Ou seja, para Cohn é a ação social, as modalidades de ação que constituem o foco da sociologia Weberiana.

No entanto, para Schluchter o problema histórico que perpassa toda a obra de Weber é “identificar a distinção do racionalismo ocidental e especialmente do racionalismo ocidental moderno e explicar suas origens históricas” – tradução livre (SCHLUCHTER, 1985, p. 10).

Neste artigo temos como objetivo apresentar a perspectiva Weberiana para racionalidade e alguns conceitos a ela vinculados, que em nosso entendimento, são úteis para o pesquisador social, principalmente aquele que possa buscar inspiração metodológica (SGARBIEIRO; BOURGUIGNON, 2011) ou aportes teóricos para analisar os fatos empíricos escolhidos. Para as práticas da ciência social, e estudos nesta área, esta pesquisa permite a compreensão de conceitos presentes na perspectiva Weberiana, a identificação de temas relevantes, a aplicação de conceitos e comparação com outras perspectivas científicas, abrindo espaço para novas discussões e conclusões. Partindo da Razão e da Racionalidade, abordaremos os seguintes conceitos nesse artigo: i) Tipos ideais; ii) ação e ação social; iii) Tipos ideais de ação social; iv) e categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica.

Longe de pretender ser um divisor de águas no âmbito dos estudos Weberianos, esse texto apresenta tais conceitos como ferramentas aos pesquisadores e para tanto foi operacionalizado e se caracteriza como um estudo de natureza exploratório bibliográfico. Com finalidade de obter direcionamentos na leitura de Weber, busca-se neste artigo o auxílio de renomados críticos e estudiosos de sua trajetória intelectual. Além de Pierucci (2008), os escritos de Gabriel Cohn (1979; 2016) foram muito importantes, haja vista que ambos são respeitados interlocutores do legado Weberiano no Brasil. Ao expandir as ações de descortinamento da obra de Weber, optou-se pelos direcionamentos em renomados autores, como, por exemplo: Catherine Colliot-Thélène (2016), Sam Whimster (2009), Scott Lash (2007), Martin Albrow (2007), Wolfgang Schluchter (1985) Guerreiro Ramos-sociólogo e político brasileiro (1943) e Stephen Kalberg (1980; 2010).

Este texto está organizado, para além dessa introdução, em um tópico de desenvolvimento e um tópico de considerações finais. Em seu desenvolvimento, o texto aborda os seguintes temas: tipos ideais; ação e ação social; “tipos ideais” de “ação ideal”; racionalidades; e, categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica. Assim, por meio destas reflexões foi possível mostrar as conclusões deste estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

De modo a subsidiar as discussões pretendidas com esse trabalho, faz-se necessária uma prévia contextualização entre duas variações do vocábulo razão: racionalidade e racionalização. Cohn (1995) manifesta seu entendimento ao registrar que não são raras às vezes em que Weber “introduz um conceito decisivo, mas não lhe atribui uma acepção geral, que de algum modo se

aproxime de uma definição” (COHN, 1995, p. 11) e essa percepção é válida também para o conceito em questão.

Para Guerreiro Ramos (1946, p. 270), apesar de afirmar ser “uma das contribuições mais fecundas de Max Weber”, a distinção entre racionalidade e irracionalidade não é explícita em momento algum de sua obra. Mais adiante, ele afirma que tanto a racionalidade quanto a irracionalidade “adquirem sentido somente quando se objetiva um valor ou um fim” (GUERREIRO RAMOS, 1946, p. 71).

Para Abbagano (2018), o termo racionalidade teve seu uso dado por Weber para designar uma característica de um dado tipo de ação social. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a racionalidade se caracteriza “enquanto valor que orienta a ação em diversas dimensões da vida social” (BÔAS, 2011, p. 15).

Por sua vez, Vasconcelos (2004) interpreta que a racionalidade em Weber é apresentada como “um procedimento de controle para dominar a realidade dentro e fora do homem. Os critérios de tal procedimento são o cálculo, a previsibilidade e a generalização, visando o controle do mundo físico” (VASCONCELOS, 2004, p. 201).

Para Cohn, a noção de Racionalização entra em choque com a de Racionalidade da ação em Weber, enquanto a segunda tem intrínsecas relações com a liberdade. Nesse sentido, o autor apresenta a seguinte questão:

Por que, então, no final, a racionalização da ação acaba imprimindo rumos unívocos as linhas de conduta dos agentes, mesmo dentro do esquema weberiano? A resposta mais plausível é a de que isso resulta da sua concentração na ação racional de caráter instrumental, voltada para a eficácia de uma relação entre meios dados e fins não questionados; ou seja, da racionalidade formal (COHN, 1979, p. 139).

Então, pode-se dizer que a racionalização como “processo que enseja a prevalência crescente da condução racional da ação” (COHN, 1995, p. 13) falhou, ou foi derrotada, pela prevalência da racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva em diversos âmbitos da vida. Utilizando uma expressão do próprio Weber, o processo de racionalização, ao se basear predominantemente na racionalidade instrumental, acabou por construir sua própria “stahlhartes Gehäuse”, ou se fazendo valer da teorização de Thiry-Cherques (2009), a racionalização, enquanto se caracteriza como “a redução à racionalidade de todos os aspectos da vida social” é um processo dotado de “irracionalidade substantiva”, posto os caminhos que adotou de “racionalização do comportamento social” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 902). De maneira não contraditória, Schluchter evidencia que:

não há apenas diferentes tipos de racionalismo e racionalização, não há apenas diferentes esferas da vida que podem ser racionalizadas, não há apenas diferentes portadores de racionalização e, como consequência, não há apenas diferentes tipos de ordem racional e tipos de racionalização; há sobretudo um fenômeno especial de racionalismo e racionalização (SCHLUCHTER, 1985, p. 12).

Em suma, pode-se entender que o processo de racionalização, ou como afirma Schluchter, um fenômeno de racionalismo e racionalização, se caracteriza pela sobreposição do instrumental

<sup>1</sup> Expressão cunhada por Weber, a qual significa em português literal “Carcaça de aço duro”. O termo foi traduzido por Parson como “Airon Cage”, o qual mais tarde foi utilizado também por DiMaggio e Powell (1983).

ao substantivo, bem como pelo afastamento do homem e de sua individualidade da esfera social, a qual presume normatização e previsibilidade. Se reconhece também a proeminente influência do iluminismo e da ciência moderna no triunfo da racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva.

Os conceitos weberianos de racionalidade atuam apenas no plano metodológico e operam, antes, como recurso heurístico e meio de análise. “Trata-se de um dos vários recursos conceituais que Weber utilizou para elaborar sua teoria e, ainda que não sejam exclusivos, eles representam um fio condutor privilegiado e determinante para nos ajudar a entender o *modus operandi*, ou seja, o modo como Weber efetivamente entendia a dinâmica da racionalização no curso da ação, da história e da vida social” (SELL, 2012, p. 160). De maneira a sustentar as seguintes discussões sobre racionalidades, faz-se necessário uma visitação aos conceitos de “tipos ideais”, “ação” e “ação social”, “tipos ideais de ação social” bem como o de “categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica”, temas esses, que formam os títulos reflexivos deste artigo.

### **Tipos ideais**

É necessário introduzir aqui sobre a importância do método compreensivo dos tipos ideais. Principalmente diante da complexidade da compreensão de fenômenos sociais, se tornando fundamental nas ciências sociais. Este método colabora com a captura da realidade social, com a construção analítica de conceitos sociais, com a compreensão da ação social e principalmente com o debate teórico que precisa estar presente diante das análises realizadas nas ciências sociais.

A conceituação de tipos ideias tem espaço privilegiado na obra de Weber, haja vista que por meio dela o pesquisador estabelece os parâmetros pelos quais centrará a sua análise. Caracteriza-se como uma maneira de pensar a realidade do sujeito.

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas (WEBER, 2001, p. 138).

Ao analisar as conceituações de Weber, acreditamos que o tipo ideal pode ser coloquialmente definido como uma forma, a qual tem sua largura, seu comprimento e sua profundidade, nas quais temos de encaixar os nossos objetos de estudo, de análise. Com uma diferença, essa forma não existe no mundo real, como ele mesmo adverte, que o tipo ideal “raramente se deixa encontrar na realidade histórica” (WEBER, 2014, p. 75). Ou seja, trata-se de um ponto de partida ou referência para que as análises sociais sobre fenômenos se concretizem da melhor maneira possível.

Ainda é válido lembrar que se trata de um conceito “puramente ideal”. São construções mentais simplificadas, que de forma pura representam os aspectos da realidade social. Ou seja, na prática, esses conceitos podem ser encontrados de forma diversa e até mesmo imperfeita na construção teórica.

Outrossim, tem-se o entendimento de que “o mesmo fenômeno histórico, por exemplo, pode ter, uma parte de seus componentes, caráter ‘feudal’, outra parte, caráter ‘patrimonial’ numa terceira, burocrático e, numa quarta, ‘carismático’” (WEBER, 2000, p. 12). Para Kalberg (2010), os tipos ideais:

Podem ser tomados como parâmetros de “medida” para o estudo de determinado caso empírico. Sua singularidade estaria justamente nisso. Sem o auxílio dessas construções, disse Weber, não é possível conduzir os “experimentos mentais” (Gedankenbild) comparativos essenciais para o isolamento rigoroso de padrões causais significativos da ação (KALBERG, 2010, 49).

Sendo assim, o tipo ideal é um exercício de abstração e que não se materializa no mundo vivido, serve, então, como ponto de chegada para a observação e posterior análise do fato em questão. Em outras palavras:

o tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser. Um conceito típico-ideal é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 103).

Digno de referência também é que o objetivo dos trabalhos dos cientistas sociais não se caracteriza por unicamente conhecer a realidade, mas sim, em compreender esta realidade, levando em considerações toda a sua complexidade, e isto inclui diversos aspectos, dentre eles, motivos, significados e repercussões.

Nesse sentido, os tipos ideais se apresentam como guias ou moldes para que o cientista social construa a sua compreensão da realidade, e essa construção é, ou pode ser diferente de pesquisador para pesquisador, dando a eles liberdade de acordo com suas paixões (SILVA, 2009). Ainda cabe menção o entendimento de que o cientista social busca “compreender uma individualidade sociocultural formada de componentes historicamente agrupados, nem sempre quantificáveis” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 102).

Salienta-se que o tipo ideal é usado como “hipótese cuja comprovação deveria ser “verificada” nos “fatos”. Desse modo, ajudar-nos-ia apreender a causalidade efetiva do seu agir e o grau de aproximação ao “tipo ideal” (WEBER, 1973, p. 238). Em se tratando de, por meio do tipo ideal, se “verificar hipóteses”:

nunca poderá se decidir a priori se se trata de mero jogo mental, ou de uma construção conceitual fecunda para a ciência. Também existe apenas um critério, o da eficácia, para o conhecimento de fenômenos culturais concretos, tanto nas suas conexões como no seu condicionamento causal e na sua significação. Portanto, a construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento (WEBER, 2001 p. 139)

Enquanto se acredita que os tipos ideais não se caracterizarem como o fim em si do trabalho, tem-se a sua classificação “como recurso metodológico para a compreensão do real, possui um valor heurístico, isto é, é criado conforme as exigências do andamento da pesquisa” (TRAGTENBERG, 2001, p. 26). E nesse sentido, “maior será a sua utilidade” na medida em que “estes tipos ideais são construídos com mais precisão e mais univocidade” (WEBER, 1973, p. 414),

ou seja, “um tipo ideal é um agudo instrumento conceitual para os propósitos da elucidação” (WHIMSTER, 2009, p. 159).

### **Ação e ação social**

Sem a pretensão de realizar hierarquias e ordens de precedência entre os conceitos a dissertar e o de racionalidades, são expostos alguns conceitos tendo por base os postulados de Weber e de seus estudiosos.

O próprio Weber define ação como “um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que, enquanto que o agente ou os agentes o relacionam com sentido subjetivo” (WEBER, 2000, p. 03). Para Hindess (2007, p. 139), O conceito de ação de Weber, portanto, postula um reino de ideias (chamados significados ou valores últimos), um reino da natureza e a vontade e consciência do indivíduo humano como o mecanismo de realização de ideias na natureza”.

Indo adiante no trabalho empreendido por Weber, de fundamentar alguns conceitos úteis à compreensão de sua obra, tem-se como ação social aquela que, “quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 2000, p. 03).

De certa forma, fica claro o seu desejo de dizer que ação é todo ato empreendido por um ou mais agentes, ato este dotado de sentido intrínseco, ao passo que a ação social corresponde àquela empreendida por um ou mais agentes, e que em sua realização, exerce influência e/ou se baseia na expectativa do comportamento de outro/s.

A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, as quais podem ser ações passadas, presentes ou esperadas como sendo futuras (por exemplo: vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou até uma pluralidade de indivíduos indeterminados e inteiramente desconhecidos (o dinheiro, por exemplo, significa um bem de troca que o agente admite no comércio porque a sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, embora indeterminados e desconhecidos, estejam dispostos também a aceitá-lo, par sua vez, numa troca futura) (WEBER, 1973, p. 415).

Na tentativa de exemplificar essa conceituação de Weber, tanto Kalberg (2010) quanto Whimster (2009) lançam mão de dois exemplos semelhantes. De acordo com Kalberg, a ação que interessa aos sociólogos é aquela dotada de “sentido subjetivo ... não o comportamento reativo ou imitativo (quando numa multidão, por exemplo, as pessoas acham que vai chover e abrem os guarda-chuvas simultaneamente)” (KALBERG, 2010, p. 22).

Já Whimster, ao utilizar a chuva como exemplo, a apresenta como um fenômeno “intocável” que não vai sofrer nenhuma influência pelos atos empreendidos pelas pessoas.

Chove e muitos indivíduos na rua abrem seus guarda-chuvas em uma reação não significativa à chuva. Uma torcida de futebol coletivamente se levanta para aplaudir (ou para condenar) um brilhante gol, isso é comportamento significativo comum a um grupo de pessoas (WHIMSTER, 2009, p. 333).

De acordo com Weber (1973), esse tipo de ação pode ser conceituado como “ação condicionada pela massa”, e pode se dar tanto quando os indivíduos estão fisicamente aglomerados, ou também em momentos em que o indivíduo, mesmo fisicamente “isolado”, é influenciado por “massas dispersas (por intermédio da imprensa, por exemplo)” (WEBER, 1973, p. 416). Contudo, uma situação diferente é apresentada por Whimster (2009) ao se referir à torcida de futebol, pois, por mais que o ato de se levantar possa ser reativo ou imitativo, o time de futebol em campo sente os “efeitos”, positivos ou negativos, dessa manifestação. Aí temos um exemplo então de ação social com significado.

Com o intuito de descortinar as intenções do termo “sentido” para Weber, recorre-se ao seu texto publicado no Brasil em 2010, no qual estabelece que:

“sentido’ é o sentido subjetivamente visado: a) na realidade i), num caso historicamente dado, por um agente, ou ii) em média e aproximadamente, numa quantidade dada de casos pelos agentes, ou b) num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos”<sup>2</sup> (WEBER, 2000, p. 04).

No desejo de reconhecer os seus elementos constitutivos desta definição, apontamos uma tradução da obra em inglês, na qual constam diferenciações quanto à enunciação da palavra em questão:

O significado pode ser de dois tipos. O termo pode se referir primeiro ao significado real existente no caso concreto dado de um determinado ator, ou ao significado médio ou aproximado atribuível a uma dada pluralidade de atores. Ou, em segundo lugar, ao tipo puro teoricamente concebido de significado subjetivo atribuído ao ator ou atores hipotéticos em um determinado tipo de ação (WEBER, 1978, p. 04).

Tal busca, por mais que possa parecer desnecessária, foi motivada pelo alerta dado por Macedo e Pierucci (2014) de que em muitas traduções faltava “um pingo em um ‘i’ ali e em outro lá”, como se para estudiosos e estudantes ao ler a obra de Weber “não fizesse falta um detalhe aqui, outro ali, outro acolá e mais outro e tantos mais” (MACEDO; PIERUCCI, 2014, p. 12).

Por sua vez, Schluchter contribui com esse entendimento da expressão “sentido visado” ao afirmar que para os homens “não basta que sobrevivam fisicamente, devem também ser capazes de dar sentido à vida. Como regra geral, portanto, os seres humanos não só lutam pela distribuição de bens materiais, mas também por bens espirituais.” (Schluchter, 1985, p. 26)

Em suma, pode-se dizer então que, para Weber, sentido ou significado subjetivo corresponde à maneira “como as pessoas veem seu próprio comportamento e como o justificam para si mesmas, ou lhe atribuem um ‘sentido’”, por mais estranho que esse sentido possa parecer ao observador (KALBERG, 2010, p. 102). Hindess (2007) traz argumentos que elucidam essa situação, ao afirmar que estar em conformidade com significados e valores é o que diferencia uma ação racional da não racional, sendo que esta segunda, por sua vez, é unicamente produto de determinações meramente naturais.

<sup>2</sup>Se assemelha a essa conceituação a encontrada em uma versão espanhola. Por “sentido” entendemos el sentido mentado y subjetivo de los sujetos de la acción, bien a) existente de hecho: i) en un caso históricamente dado, ii) como promedio y de un modo aproximado, en una determinada masa de casos: bien b) como construído en un tipo ideal con actores de este carácter (WEBER, 2008, p. 06).

Na sequência desse raciocínio, apresenta-se a identificação que Weber operacionalizou de tipos ideais de ação social, sendo eles: ação social afetiva, ação social tradicional, ação social racional referente a fins e ação social racional referente a valores (WEBER, 1973, p. 417; WEBER, 2000, p. 15; KALBERG, 1980, p. 1148; KALBERG 2010, p. 23, 90; COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 84).

### **“Tipos ideais” de “ação social”**

Esta abordagem trata da ação social racional como um caminho para a compreensão da sociedade moderna, e se configura como um argumento para pesquisas atuais baseadas no pensamento de Weber. Para Kalberg (1980, p. 1148), “A tipologia quádrupla de ação social de Weber - ação afetiva, tradicional, racional de valores e racional referente meios-fim - refere-se às capacidades universais do Homo sapiens”, em outras palavras, pode ser considerada “como traços antropológicos do homem”.

Weber ao apresentar as modalidades de ação social, deixa claro que são “tipos conceituais puros, construídos para os fins da pesquisa sociológica, com relação aos quais a ação real se aproxima, mais ou menos, ou o que é mais frequente, composta de uma mescla” (WEBER, 1973, p. 418). Ou seja, os tipos de ação social propostos por ele se caracterizam como ferramentas para a realização de pesquisa na sociologia, principalmente em relação ao uso de métodos (SGARBIEIRO; BOURGUIGNON, 2011).

**Ação social “de modo racional referente a fins”** (WEBER, 2000, p. 15), de acordo com Weber, é aquela que “pode” ser desencadeada “por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e, utilizando essas expectativas, como ‘condições’ ou ‘meios’ para o alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos” (WEBER, 1973, p. 417; 2000, p. 15).

Kalberg (2010) afirma que, dentre os quatro tipos ideais de ação social, a racional referente aos fins constitui a modalidade mais fácil de ser compreendida pelo sociólogo. Para Colliot-Thélène (2016), aborda-se primeiramente a ação de tipo racional referente aos fins, haja vista o seu afastamento ante a eminência da irracionalidade nas demais. De maneira a se diferenciar de outros autores, esta faz questão de ampliar o prisma de nomenclaturas, chamando-a de “ação instrumental<sup>3</sup>”, “ação pragmática” e de “ação teleologicamente racional” (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 84). É salientado por Weber que nesta modalidade de ação o agente guia-se levando em consideração os meios, os fins, as consequências, bem como a relação que se estabelece entre eles. Em suma, é aquela ação que se distancia da afetiva e da tradicional.

A ação racional com relação aos fins (Zweckrational), de acordo com Japiassú e Marcondes, também é conhecida como ação formal ou ação instrumental, empreendida principalmente no intento de atender os anseios do seu agente. Para esses autores, Weber identifica a razão instrumental com o capitalismo e o desenvolvimento da técnica e da sociedade industrial (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1990, p. 427). De acordo com Barbosa e Quintaneiro (2003), tem-se na atualidade, além de na economia, o ambiente acadêmico como lócus privilegiado deste tipo de ação.

**Ação “de modo racional referente a valores”** (WEBER, 2000, p. 15) (Wertrational) é “determinada pela crença consciente no valor - interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma - próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito” (WEBER, 1973, p. 417; 2000, p.

<sup>3</sup> Salienta-se que a expressão “racionalidade instrumental” é a que foi utilizada na edição de 1978, editada por Guenther Roth e Clus Wittich.

15). Ou seja, tem por base o apreço aos princípios e é a convicção em seus valores que inspira as condutas, não sendo guiado, então, pela estimativa dos efeitos que poderão resultar dos seus atos. “O significado da ação não se encontra, portanto, em seu resultado ou em suas consequências, mas no desenrolar da própria conduta” (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 107).

Acrescenta Kalberg (2010) que, ao remeter aos valores, o agente o faz conscientemente e atribui o significado ético e valorativo (dentre outros valores) ao ato em si. De acordo com esse autor, a noção de ato obrigatório (*verbindlich*) e compulsório também está presente nessas ações, não como uma lei externa ou mando coercitivo, mas sim como um imperativo categórico. O tipo de ação racional em valor é traduzido por Colliot-Thélène (2016) como “axiologicamente racional”, e ela faz questão de frisar o caráter de comprometimento dos agentes. Para esta autora, um dos diferenciais da ação axiologicamente racional para a teleológica é que, na primeira, impera “a ausência de consciência, pelo agente, das consequências antecipáveis”, reinando unicamente a “indiferença para com as condições concretas nas quais sua ação se realiza e a recusa em levar em consideração os efeitos perversos que dela podem resultar” (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 85). Em suma, para Weber, a ação social racional, pautada em valores é desempenhada por um ator que:

sem considerar as consequências previsíveis, se comporta segundo as suas convicções sobre ou referente ao que é dever, à dignidade, à beleza, à sabedoria religiosa, à piedade ou à importância de uma “causa”, qualquer que seja o seu gênero (WEBER, 1973, p. 418).

Além desses dois tipos ideais de ação, adjetivadas pelo termo racional, tem-se em Weber as ações “**de modo afetivo**” e “**de modo tradicional**” (WEBER, 2000, p. 15), sendo a primeira fortemente vinculada a emoção e “determinada por afetos e estados sentimentais atuais” ao passo que a tradicional se constitui como “determinada por costumes arraigados”, ou seja, enquanto a ação afetiva se dá por meio de sentimentos e percepções atuais, a tradicional tem seu sustentáculo em raízes já estabelecidas e consolidadas, por vezes sendo comparada com uma “imitação reativa” (WEBER, 1973, p. 417; COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 85).

Tanto a ação afetiva quanto a ação tradicional estão além do escopo estabelecido como alvo de sua sociologia, pois não estão fundamentadas em significados intrínsecos. Weber sugere que devemos entender a sociologia como “uma ciência que pretende entender pela interpretação a ação social para desta maneira explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e nos seus efeitos” (WEBER, 1973, p. 400).

De acordo com Kalberg (2010), o núcleo da sociologia Weberiana está em “compreender interpretativamente (*verstehen*) as diferentes maneiras pelas quais as pessoas percebem sua própria ‘ação social’”. Essa ação, dotada de sentido subjetivo, é o foco da atenção dos sociólogos, não o comportamento reativo ou imitativo” (KALBERG, 2010, p. 22).

Ao focar seu olhar para as pessoas, suas ações e o sentido destas, Weber propõem uma sociologia “oposta à sociologia das estruturas” (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016, p. 8), do mesmo modo, de acordo com Whimster (2009) a sociologia de Max Weber se fundamenta na “primazia do significado, da ação individual e das relações sociais, em lugar das reificações do mercado, do estado, do modo de produção, das estratificações sociais como entidades vivas e do sistema social” (WHIMSTER, 2009, p. 329). Por fim, de acordo com Cohn (2016), a sociologia de Max Weber é compreensiva, explicativa e causal.

Ainda é fundamental explicar sobre a importância dos tipos ideais de ação social, principalmente pelo foco no racional. De maneira mais teórica os tipos ideias enriquecem a análise

histórica e fornecem categorias para uma visão conceitual significativa da realidade atual. E ainda, como uma contribuição prática fornecem a compreensão de mudanças sociais, e podem gerar subsídios significantes para decisões nos processos sociais da sociedade moderna atual.

## Racionalidades

Ao se tomar por princípios as interpretações de Kalberg (1980, p. 1145), “a racionalidade tem sido reconhecida como, talvez, o tema principal na obra de Max Weber”. Contudo, para Sell essa abordagem não pode ser levada como um fim em si. Outrossim, essa deve ser entendida “como recurso heurístico e meio de análise. Trata-se de um dos vários recursos conceituais que Weber utilizou para elaborar sua teoria” (SELL, 2012, p. 160). Em síntese, “a problemática da racionalidade, em Weber, é elaborada tendo-se em vista compreender, a partir dela, a especificidade das ações sociais” (SELL, 2012, p. 163).

Os tipos ideais de racionalidade parecem ser pensados por algumas razões que levam a compreender a ação social humana. Estas várias razões continuam a colaborar com análises, como nas da área de ciências sociais aplicadas. As razões mais evidentes estão ligadas ao entendimento e compreensão da diversidade da ação social, e para a análise das bases da ação racional e das mudanças sociais.

Ao iniciar a redação deste tópico, acreditamos ser pertinente referenciar a expressão utilizada por Sell (2012), e sinalizar como meticulosa a tarefa de inventário dos usos do conceito de racionalidade na obra de Weber. Além da indicação dada por Sell (2012) também há de se referenciar o aporte dado por Kalberg (1980) ao apresentar sistematicamente os quatro tipos ideias de racionalidade em Weber: teórica (intelectual), prática, material e formal (Kalberg, 1980, p. 1148).

Em primeiro plano, faz-se pertinente discutir a diferenciação dada entre **racionalidade teórica (intelectual) e prática**, conceitos que, segundo Sell (2012, p. 164) são para Weber um “instrumental heurístico em um contexto bastante determinado e específico de seu corpus textual: seus amplos estudos histórico-comparativos em torno da ética econômica das religiões mundiais”. Boa parte da apresentação destas racionalidades se dá nos ensaios “A ciência como vocação” e “A psicologia social das religiões mundiais”.

Sobre a **Racionalidade teórica**, podemos salientar que para Weber, o progresso científico é a fração mais importante do que poderia chamar de intelectualização da razão. O triunfo da teoria,

Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço (WEBER, 1982, p.165).

O entendimento de Kalberg (2010) auxilia a perceber essa racionalidade, enquanto que utiliza o exemplo dos teólogos quando buscam coerência em suas pregações e dos cientistas modernos quando se dedicam à formação de uma base conceitual, como diria Weber: abstrata e precisa. O racionalismo “Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos” (WEBER, 1982, p. 337).

Acreditamos que para fechar (sem encerrar a discussão) essa apresentação, o entendimento de Kalberg (1980) se torna muito relevante, ao afirmar que:

Os processos de racionalização teórica são sustentados e recebem seu impulso, argumenta Weber, pela “necessidade metafísica” natural e pela “busca irremediável” de pensadores e sistematizadores para transcender a rotina pura e fornecer aos eventos aleatórios da vida cotidiana um “significado” coerente. (KALBERG, 1980, p. 1153).

Nesse sentido, de acordo com Sell (2012), para alguns intérpretes de Weber, essa racionalidade não possui considerável importância, pois, dela não resultam implicações de cunho sociológico, ou seja, ação social propriamente dita.

A respeito da **racionalidade prática**, Weber sugere que, a partir do contraste surgido entre as estratificações sociais, instaura-se na classe de comerciantes - diga-se mercadores - e artesãos, “possíveis expoentes do racionalismo de uma espécie mais prática” (WEBER, 1982, p. 323).

Por mais que nos seus textos Weber não se empenhe a conceituar as racionalidades de maneira que se assemelhe a um glossário, principalmente no que diz respeito à teórica e à prática, seu entendimento é apresentado disperso ao longo dos textos e na medida em que o uso dos termos se apresentava. Contudo, em várias passagens nota-se um esforço em elucidar o entendimento do leitor sobre o que, para ele, significava cada uma das racionalidades. Nesse contexto, Weber ao conceituar o racionalismo teórico, afirma que “O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de um fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados” (WEBER, 1982, p. 337).

Uma afirmação interessante é feita por Kalberg (1980) ao listar algumas posturas e atitudes dos indivíduos, condicionadas pela racionalidade prática.

A predisposição pragmática e mundana dos padrões práticos racionais de ação implica uma subordinação dos indivíduos a determinadas realidades e uma inclinação concomitante para se opor a todas as orientações baseadas na transcendência da rotina diária. Tais pessoas muitas vezes desconfiam não apenas de todos os que se esforçam pelos valores impraticáveis do “além”, sejam eles religiosos ou utópicos seculares, mas também da racionalidade teórica abstrata de todos os estratos intelectuais (KALBERG, 1980, p. 1152).

Para complementar a apresentação dos usos e distinções dos conceitos de racionalidades em Weber, abordamos as de caráter formal (instrumental) e a material (substantiva). Ao passo que os conceitos anteriores serviram como tipos ideais para Weber operacionalizar suas análises sobre, principalmente, as religiões, as racionalidades instrumental e substantiva, se prestam como instrumentos de análise, principalmente nas esferas jurídica, econômica, política e científica (SELL, 2012).

Também, na medida em que os textos que abordam as racionalidades teórica e prática “representam um programa teórico-empírico de pesquisa”, a abordagem instrumental e substantiva da ação se apresentam como “um tratado teórico-sistemático de sociologia (que discute a relação entre as ordens e poderes sociais e a vida econômica)” (SELL, 2012, p. 169).

Visando aprofundar mais a discussão sobre as racionalidades material e formal, propomos um tópico sobre as categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica, onde se torna possível ilustrar mais a diferenciação entre essas racionalidades.

## **Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica**

Max Weber, ao propor as “categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica” (WEBER, 2000, p. 37), afirma não ter pretensão de “desenvolver uma teoria econômica”, mas sim de estabelecer alguns conceitos e tecer as relações sociológicas entre eles dentro do âmbito econômico da vida. A partir de então ele faz o uso das expressões: “racionalidade formal de uma gestão econômica” e “racionalidade material de uma gestão econômica”.

Este item denominado de Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica, tem uma relevância significativa para a compreensão da racionalidade econômica, e por este motivo é aqui abordado. Além disso, ele colabora para o entendimento histórico e cultural de uma sociedade, de uma organização, e de um sistema econômico. O mesmo sentido que deixou Weber conhecido por sua análise da burocracia a respeito de eficiência e racionalidade. Estudar e compreender as categorias contribui de forma prática para evidenciar características organizacionais como hierarquias, divisão de trabalho e processos de decisão.

Entende-se por “racionalidade formal – instrumental – de uma gestão econômica o grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica” (WEBER, 2000, p. 52).

De importância capital para o “racionalismo ocidental moderno” e para a autoridade burocrática, onipresente no capitalismo moderno, no direito moderno e no Estado moderno, esse tipo de racionalidade envolve a tomada de decisões “sem consideração das pessoas”. Isto é, um processo decisório que leva em conta regras, leis, estatutos e regulamentos de aplicação universal (KALBERG, 2000, p. 100).

Por outro lado, conforme o entendimento de Kalberg (2000), a racionalidade material, ou substantiva, pode ser comparada a uma constelação de valores, os quais impõem um fim às relações de interesses presentes no cotidiano.

Chamamos de racionalidade material o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (como quer que se definam), mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados postuladores valorativos (qualquer que seja sua natureza) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi ou poderia ser julgado (WEBER, 2000, p. 52).

Acreditamos ser pertinente neste momento fazer um parêntese e retomar uma conceituação que será de grande valia. Weber nos convida ao entendimento de que uma ação é “economicamente orientada” se, somente se, o seu sentido visado estiver diretamente condicionado a “satisfazer o desejo de obter certas utilidades” (WEBER, 2000, p. 37). Interpretando essa conceituação, tem-se que uma ação qualquer, será classificada como economicamente orientada se, em seu desenrolar característico, mesmo não consistindo no fim, surjam considerações econômicas. É por meio deste entendimento que Weber afirma que “toda classe de ação pode ser economicamente orientada” (WEBER, 2000, p. 38).

Ao visualizar o conceito de utilidades na definição de ação economicamente orientada, busca-se o seu entendimento no mesmo texto do autor, o qual mais adiante deixa claro que por utilidade podemos considerar os bens (utilidades provenientes de objetos não humanos) e serviços (utilidades provenientes de atividades humanas) e ambos constituem oportunidades econômicas (WEBER, 2000, p. 40).

Por Gestão econômica, Weber afirma, em outras palavras, que constitui o valor subjetivo, quando exerce a primazia na orientação da ação econômica. “A definição da gestão econômica

tem de ser a mais geral possível e expressar claramente que todos os processos e objetos ‘econômicos’ adquirem seu caráter como tais unicamente pelo sentido que neles põe a ação humana” (WEBER, 2000, p. 37).

A respeito das classes de ações, Weber deixa no ar o entendimento de que estas estão relacionadas com as esferas ou domínios sociais onde elas se dão. Ao longo de seu texto ele apresenta algumas esferas como o da economia, da religião, do direito, da dominação e outros. Para Kalberg, “cada domínio tem um sentido subjetivo (Sinnbereich) dentro do qual tendem a surgir a ação social e os grupos sociais (KALBERG, 2010, p. 43).

Ao tentar rever a absorção desses conceitos, prevalece aqui o entendimento que “economicamente orientado” é um adjetivo que pode ser dado para diversos tipos de ação, quando esta incluir entre os seus sentidos, precedente ou adquirido ao longo do processo, a finalidade econômica. Ai, sim, pode-se falar ação economicamente orientada. Sobre a gestão econômica, se caracteriza como os atos, internos ou externos, constitutivos de uma ação cujo fim é a obtenção de vantagens no domínio econômico. Para weber, a gestão econômica formalmente racional tem como características a factibilidade de “se exprimir em considerações de caráter numérico e calculável” (WEBER, 2000, p. 52) e por isso, é um conceito inequívoco. Por sua vez:

o conceito de racionalidade material, ao contrário, é inteiramente vago. Seus diversos significados só têm uma coisa em comum: que a consideração não se satisfaz com o fato puramente formal e (relativamente) inequívoco de que se calcula de maneira racional, com vista a um fim, e com os meios tecnicamente mais adequados possível, se não que estabelece exigências éticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igualitárias ou outras quaisquer, e as toma como padrão dos resultados da gestão econômica – por mais racional, isto é, de caráter calculável, que esta seja do ponto de vista formal -, procedendo assim de modo racional, referente a valores com racionalidade material referente a fins (WEBER, 2000, p. 52).

Prossegue mais adiante este raciocínio ao afirmar que:

A racionalidade formal e a material (qualquer que seja o valor pelo qual se orienta) discrepam, em princípio, em todas as circunstâncias, por mais frequentes que sejam os caos individuais em que empiricamente coincidem (mesmo que isto aconteça em todos os casos individuais, o que é uma possibilidade teórica, construída, porém, na base de condições inteiramente irreais). Pois a racionalidade formal do cálculo em dinheiro, de per si, nada nos diz sobre a forma da distribuição material dos bens em espécie (WEBER, 2000, p. 68).

Kalberg comunga desse entendimento ao afirmar que a “a racionalidade formal tem permanecido no antagonismo mais direto a muitas racionalidades substantivas.” (KALBERG, 1980, p. 1157).

Por fim, não de maneira conclusiva, porém no intuito de encerrar essa discussão, vale-se do entendimento de Guerreiro Ramos (1989) quando caracteriza a teorização de Weber como um esforço de, em um contexto societal capitalista centrado no mercado, pactuar a tensão proveniente da racionalidade formal (funcional), característica do mercado, com a racionalidade substantiva, característica peculiar do ator humano. Ademais, de acordo com Guerreiro Ramos, a racionalidade substantiva não teve um papel sistemático na obra de Weber, assemelhando as suas tratativas sobre o tema a uma nota de rodapé. É nesse sentido, que de maneira a elucidar

com mais propriedade as manifestações dicotômicas da racionalidade em ações econômicas, que se faz necessário o exame em outros autores, como, por exemplo, o próprio comentarista da obra de Weber anteriormente citado, principalmente a sua obra “A nova ciência das organizações”, na qual inicia a proposta de uma nova sociologia organizacional, que rompe com os padrões e as inspirações dos estudos organizacionais vigentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciaremos nossas considerações para encerrar esse texto, pinçando alguns aspectos relativos ao conceito de tipo ideal. Podemos concluir que uma das principais maneiras por meio da qual o pesquisador pode utilizar esse conceito é estabelecendo tipos ideais do objeto ou da situação que ele está por analisar e, a partir daí, desse gabarito, fazer avaliações da realidade empírica observada. É importante salientar que o tipo ideal não existe no mundo real e que ele é sim um padrão construído para, a partir dele, caracterizado como um exemplar padrão, tecer aproximações com o objeto de estudo.

A respeito dos conceitos de ação e ação social, fica o entendimento de que a intencionalidade e a reflexão sobre o ato são o que caracteriza tais conceitos, então excluímos desse leque as ações reativas ou instintivas.

Fazendo o uso do conceito de tipos ideais, temos por sua um quarteto de tipos ideais de ação social: ação social afetiva, ação social tradicional, ação social racional referente a fins e ação social racional referente a valores, dos quais os dois primeiros não são considerados integrantes do escopo sociológico do ator. Contudo, a ação social racional é referente a fins e a ação social racional é referente a valores.

Sobre os conceitos de racionalidade, queremos dar evidência de que também há uma construção quádrupla, e que as duas primeiras (teórica e prática) têm uma forte inclinação para estudos, por exemplo, de cultos, crenças e religiões, e empreendidos em contextos culturais. Por sua vez, a racionalidade formal (instrumental), em oposição à racionalidade material (substantiva), são conceitos muito mais aplicáveis a estudos que interajam com aspectos jurídicos, econômicos e políticos.

Por fim, os conceitos de “racionalidade formal (Instrumental) de uma gestão econômica” e “racionalidade material (Substantiva) de uma gestão econômica” podem ser úteis para classificar, quando formal, por ser inerente a regras, leis, estatutos, regulamentos e sem levar em consideração as pessoas. Portanto, demonstra-se material quando é guiada por crenças e valores.

Acreditamos que esses conceitos são úteis para os estudos empíricos em Ciências Sociais, tanto no que diz respeito à sua característica metodológica como no que tange seu emprego para delineamento teórico e conceitual. Buscamos fazer este inventário principalmente pelo fato de que tais conceitos encontram-se dispersos em diversos estudos e pesquisas de Weber, porém, recomendamos fortemente que os leitores, ao identificarem interesse em alguns desses conceitos, busquem nas referências utilizadas para construção desse artigo um aprofundamento e um estudo mais minucioso.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- BÔAS, Glaucia Villas. A Atualidade de Max Weber: Entrevista com Wolfgang Schluchter. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **A atitude científica. Convite à filosofia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COHN, Gabriel. **Como um hobby ajuda a entender um grande tema**. In: Fundamentos racionais e sociológicos da música. São Paulo: EDUSP, 1995.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COHN, Gabriel. **Max Weber, na Integra**. Entrevista com Gabriel Cohn. São Paulo, UNIVESP, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/univesptv/videos>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A Sociologia de Max Weber**. Editora Vozes Limitada, 2016.
- CORDOVA, Julieta Weber Cordova. Talcott Parsons e o esquema conceitual geral da ação. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 7, n. 2, 2023. .
- DE BARROS FILHO, Clóvis; POMPEU, Júlio. **A filosofia explica grandes questões da humanidade**. Rio De Janeiro: Casa do Saber, 2013.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A sociologia de Max Weber (Sua importância para a teoria e a prática da Administração). **Revista do Serviço Público**. agosto/setembro, v. III, ano IX, nº 2 e 3, 1946.
- HINDESS, Barry. **Rationality and the Characterization of Modern Society** In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott. Max Weber, rationality and modernity. London: Routledge, 2007.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- KALBERG, Stephen. Max Weber's types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 5, p. 1145- 1179, 1980.
- KALBERG, Stephen. **Max Weber: Uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Coleção "Textos Filosóficos". Lisboa: Edições 70, 2007.
- MACEDO, José Marcos Mariani de; PIERUCCI, Antônio Flávio. **Tábua de Correspondência Vocabular**. In: WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 41-51, 2008.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. **The rise of Western rationalism: Max Weber's developmental history**. Univ of California Press, 1985.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

SGARBIEIRO, Márcia; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Apontamentos acerca dos métodos de pesquisa nas ciências sociais (Research methods in social sciences). **Emancipação**, Ponta Grossa -PR, v. 11, n. 1, 2011.

SILVA, Cristina Maria. Entre as flores da paixão e os espinhos da razão: Max Weber nos jardins das ciências sociais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2009.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 897-918, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. **A atualidade de Max Weber**. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Racionalidade, autoridade e burocracia: as bases da definição de um tipo organizacional pós-burocrático. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 2, p. 199-220, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

WEBER, Max. **A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política**. In WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Brasília: Editora UNB, 1999.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Volume 2. São Paulo: Cortez, 1973.

WHIMSTER, San. **WEBER**. Porto Alegre: Artmed, 2009.